

**CENTROS PÚBLICOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: A REALIDADE PARANAENSE**

**PRISCILA TEREZINHA APARECIDA MACHADO**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA  
priscilamch@hotmail.com

**LUÍS MIGUEL LUZIO DOS SANTOS**  
lmig@uol.com.br

**JÉSSICA PEREIRA DE MELLO**  
jessica.mello907@gmail.com

## **CENTROS PÚBLICOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: A REALIDADE PARANAENSE**

### **Resumo**

Este artigo tem por objetivo apresentar um panorama dos Centros Públicos de Economia Solidária do Estado do Paraná (CPES), sendo estes considerados um dos marcos mais expressivos das Políticas Públicas de Economia Solidária. A economia solidária, surge como resultado das contradições do modo de produção capitalista, que produzem desigualdades sociais crescentes, relações desumanizadas e insustentabilidade ambiental. Os Centros Públicos apresentam-se como estratégia do poder público para fomentar e estimular os empreendimentos econômicos solidários por meio de articulações, discussões, trocas e experiências e, principalmente, o auxílio na comercialização dos seus produtos e/ou serviços. Quanto aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e descritiva. Foram efetivados dois estudos de caso: um na unidade de Londrina e outro em São José dos Pinhais, contemplando a totalidade de Centros Públicos de Economia Solidária em atuação no Estado do Paraná. Foram realizadas entrevistas com os principais gestores para posterior discussão dos resultados à luz da literatura produzida na área. Ficou evidenciado o tímido desempenho dos empreendimentos apoiados pelos CPES, demonstrando uma dependência crônica em relação ao poder público, o que os distancia de uma potencial autonomia.

**Palavras-Chave:** Economia Solidária. Centros Públicos. Estado do Paraná.

## **PUBLIC CENTERS OF SOLIDARITY ECONOMY: THE PARANAENSE REALITY**

### **Abstract**

This paper aims to present an overview of the Public Solidarity Economy Centers of the State of Paraná (CPES), which are considered one of the most expressive milestones of the Public Policies of Solidarity Economy. Solidary economy arises as a result of the contradictions of the capitalist mode of production, which produce increasing social inequalities, dehumanized relations and environmental unsustainability. The Public Centers present themselves as a strategy of the public power to foment and stimulate the solidary economic enterprises through articulations, discussions, exchanges and experiences and, mainly, the aid in the commercialization of its products and / or services. Regarding the methodological procedures, this research has a qualitative exploratory and descriptive approach. Two case studies were carried out: one in the Londrina unit and the other in São José dos Pinhais, covering all Public Solidarity Economy Centers operating in the State of Paraná. Interviews were conducted with the main managers for further discussion of the results in light of the literature produced in the area. It was evidenced the timid performance of the enterprises supported by the CPES, demonstrating a chronic dependence on the public power, which distance them from a potential autonomy.

**Keywords:** Solidary Economy. Public Centers. State of Parana.

## 1 INTRODUÇÃO

Diante das contradições do sistema capitalista dominante, evidenciadas por desigualdades sociais crescentes, relações precarizadas, e exploração ambiental acelerada, a sociedade vem buscando alternativas que amenizem tamanhas iniquidades. Dentre as atividades emergentes, Souza Santos e Rodríguez (2003) evidenciam o potencial emancipatório de iniciativas, tais como: cooperativas populares, empreendimentos de economia solidária, o associativismo, mecanismos de empoderamento local, movimentos sociais, organização não governamental (ONG'S), programas de apoio, movimentos ecologistas, feministas, de sem-terra, bancos comunitários entre outros. Alternativas essas, que prezam por buscar soluções democráticas que visem o bem-coletivo e se opõem aos diversos tipos de exploração ou dominação e assim abrem espaço para a experimentação e para o confronto de ideias, em que as melhores se reproduzirão, evitando assim o monopólio ou ideia de supremacia.

Neste artigo discute-se a Economia Solidária (ES), uma das alternativas que se destaca no desenvolvimento de iniciativas de geração de trabalho e renda de forma coletiva, e que por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) criada em 2003, passou a contar com um incentivo governamental. A Economia Solidária caracteriza-se por aderir a valores distintos do modelo tradicional das empresas capitalistas, destacadamente: cooperação, responsabilidade mútua, democracia, igualdade e solidariedade, surgindo como uma via de desenvolvimento sustentável centrada na inclusão social por meio do trabalho coletivo e alinhadas com a preservação ambiental (SINGER, 2002).

A SENAES, entre várias políticas de incentivo aos empreendimentos de Economia Solidária no Brasil, empenhou-se na criação de Centros Públicos de Economia Solidária (CPES), que se caracterizam por espaços físicos multifuncionais criados para fomentar os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e auxiliá-los no seu processo de desenvolvimento, o que compreende discussões, aproximação dos atores envolvidos no processo e apoio à comercialização dos produtos/serviços. Esses CPES estão espalhados por vários lugares do Brasil. O Paraná atualmente possui dois CPES, que surgiram como uma das estratégias de expansão da ES a partir de parcerias com órgãos públicos e configuram-se como um dos “supostos” principais programas de empoderamento da ES em âmbito municipal e regional, propondo-se a contribuir para a inclusão social e combate à pobreza a partir de um modelo coletivista de organização da produção (SENAES, 2012).

O presente artigo procurou mapear a totalidade de unidades do CPES em atuação no estado do Paraná, o que conduziu aos dois Centros Públicos, um no município de Londrina (inaugurado em 2007) e outro em São José de Pinhais (inaugurado em 2011). A escolha pelo estado do Paraná se deve a sua importância no âmbito nacional. Ele foi um dos primeiros estados do país a fomentar a ES e desde as décadas de 1980 e 1990, os trabalhadores vêm se organizando coletivamente. Todavia, foi só em 2003, através da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP), que se incorporou no estado, o Programa de Economia Solidária, com o objetivo de promover o fortalecimento e a divulgação da ES como forma de geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário (ZAZULA BEATRIZ, 2007).

Esta pesquisa propõe-se a estudar a representatividade da Economia Solidária no Estado e de forma particular a importância dos CPES no desenvolvimento destas iniciativas. Neste sentido, procura-se fazer uma reflexão quanto ao Centro Público de Economia Solidária dentro do Estado do Paraná, e assim responder a seguinte questão problema: Qual a importância dos Centros Públicos de Economia Solidária do estado do Paraná para o fomento e desenvolvimento dos empreendimentos por ela apoiados?

Para responder tal questão de pesquisa este artigo se divide em quatro seções: a primeira delas é a presente introdução; na segunda desenvolve-se a fundamentação teórica que dá base

conceitual ao estudo; na terceira expõe-se o percurso metodológico utilizado e na quarta apresenta-se a discussão dos resultados seguida pelas considerações finais.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Contextualizando a Economia Solidária: conceito e histórico**

De acordo com Singer (2002) a Economia Solidária pode ser definida como um sistema socioeconômico aberto, amparado nos valores da cooperação e da solidariedade, com intuito de atender às necessidades e desejos materiais e de convivência, mediante mecanismos de democracia participativa e de autogestão, visando à emancipação e o bem-estar individual, comunitário, social e ambiental. Dentro dessa perspectiva, para a Senaes (2004), a ES consiste em um conjunto de atividades econômicas, de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito organizados sob a forma de autogestão. Neste mesmo sentido Gaiger (2013) aponta como características centrais da Economia Solidária a autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação desenvolvimento humano e responsabilidade social.

No Brasil o principal marco do processo de políticas públicas de Economia Solidária (PPES) ocorreu em 2003, quando o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva anuncia no Fórum Social Mundial (FSM) o compromisso de criar a Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES) sob a direção de Paul Singer (este foi desligado do cargo em 2016), com o objetivo de promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, inclusão social e a promoção de um novo modelo de desenvolvimento mais justo e solidário. A Senaes surgiu com objetivo de fomentar a ES no Brasil e desenvolver políticas de geração de trabalho e renda, tendo como escopo beneficiar trabalhadores majoritariamente marginalizados do mercado de trabalho formal, além de apoiar iniciativas autogestionárias e agências e fóruns de desenvolvimento e fomento solidários (SENAES, 2012).

Porém em 4 de novembro de 2016, a Senaes foi extinta e criada uma subsecretaria de Economia Solidária dentro da Secretaria de Relações do Trabalho, no Ministério do Trabalho, por meio do Decreto 8.894. Segundo as autoras Arcaño e Oliveira (2017, p. 244) esta decisão leva um enfraquecimento de políticas públicas federais de fortalecimento da ES “assim, a atual coalizão de governo dá sinais de que usará a Senaes para uma política simples de fomento ao empreendedorismo, apoio ao cooperativismo de fachada, reprodução da velha prática do clientelismo e assistencialismo nas relações com os EES que se submeterem a uma gestão inspirada nos valores do capital humano”.

O crescimento da ES no país é observado por meio de levantamentos das informações do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Em 2007 foi divulgado o primeiro levantamento, contendo uma base de informações de 21.859 (SENAES, 2012). Dando sequência a este processo, em 2013 foi divulgado a segunda rodada de mapeamento com 19.708 empreendimentos de economia solidária (SENAES, 2014).

Em meio a toda a construção e consolidação da ES, as conquistas, apesar de incipientes, existem. O Relatório do Seminário - Tecnologia Social, Incubação de Empreendimentos Solidários e Políticas Públicas (2005) ressalta a importância das parcerias estabelecidas entre Programas de Economia Solidária com instituições e organizações da sociedade civil, servindo de alavanca de apoio na disseminação da ES e do conhecimento sobre autogestão dentro e fora das universidades, além de estimular o desenvolvimento de outras tecnologias específicas e estratégias apropriadas aos empreendimentos populares.

Borinelli *et al.* (2012) destaca a criação do CPES e o surgimento de novos empreendimentos, assim como a Legislação Municipal, que já foi aprovado em algumas cidades do país. Luzio dos Santos (2013) complementa a argumentação e dá destaque à importância do Estado como fomentador e apoiador dos empreendimentos de ES, pelo menos na sua fase inicial. As dificuldades impostas por mercados competitivos e muitas vezes dominados por empresas de grande porte, dificulta sobremaneira a entrada de empreendimentos populares geralmente com recursos reduzidos e baixo conhecimento administrativo. Nesse sentido o autor defende o apoio do Estado em várias frentes, como na política de compras públicas que privilegie esses empreendimentos, como já ocorre com a merenda escolar e a agricultura familiar.

Cattani (2003) complementa destacando ainda três desafios principais para a ES: o primeiro refere-se ao trabalho: devido à opressão do sistema capitalista, há a necessidade de reafirmar a importância do trabalho para os indivíduos, criando assim uma ressignificação para as pessoas que participam da ES. O segundo desafio é fazer com que a ES não seja confundida com o terceiro setor, e, por fim, entendê-la não como uma alternativa apenas para pobres e excluídos, mas para proporcionar avanços na sociedade, gerando produtos e serviços de melhor qualidade, efetivando-se de forma consistente e não por piedade ou por falta de alternativas melhores.

Dado o exposto, pode-se dizer que a história vem sendo construída aos poucos, tanto as conquistas como os desafios vem sendo superados. Entretanto há desafios que parecem recorrentes, o que demonstra a dificuldade em promover alternativas socioeconômicas num ambiente dominado pela economia capitalista, que hostiliza qualquer alternativa que questione sua lógica.

### 3.2 Centros Públicos: uma representatividade da Economia Solidária

Entre as diferentes políticas públicas de fomento da ES por parte do Estado, destaca-se a criação do espaço do CPES, que, por sua vez, se propõe a incentivar e dar apoio aos empreendimentos solidários de diferentes municípios e regiões brasileiras, contribuindo para fortalecer e estimular a ES. Por isso, neste momento aborda-se a sua constituição e trajetória, assim como suas principais características e conceitos.

Tudo começou com as PPES em 2003, quando da criação da SENAES, no intuito de fortalecer e difundir a ES mediante políticas integradas, buscando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário, as quais são agrupadas em quatro eixos, por meio das seguintes ações que buscam propiciar aos EES: a) acesso ao conhecimento; b) comercialização de seus produtos e serviços; c) acesso ao financiamento e crédito; e d) consolidação e institucionalização das políticas públicas de ES nas diferentes esferas de atuação do governo. Dentro do último eixo se concentra a implantação do CPES, que nasce como uma das principais estratégias de expansão de PPES a partir de parcerias com entes públicos, buscando consolidar uma rede em que as diferentes políticas de ES estejam integradas (SENAES, 2012).

Sendo assim, a proposta de implantação dos CPES surgiu em 2005, por meio de processo de consulta pública instituído pela SENAES, como é exposto a seguir:

A proposta de implantação de Centros Públicos de Economia Solidária amadureceu a partir do diálogo da SENAES com a Rede de Gestores Governamentais de Políticas Públicas de Economia Solidária e com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), no âmbito de um Grupo de Trabalho (GT) criado em 2005 para tratar do tema das Políticas Públicas. Desde então, os Centros Públicos de Economia Solidária fazem parte de uma estratégia nacional da SENAES, objetivando um processo de integração das iniciativas de ES com outras políticas públicas de geração de trabalho e renda e

de superação da pobreza desenvolvidas por governos estaduais e municipais (SENAES, 2012, p. 54).

Desde então, a SENAES assumiu papel importante de articulação das Políticas Públicas (PP) governamentais de ES, contribuindo com diversas ações que vêm sendo gestadas por iniciativa da sociedade civil, apoiando a implantação de CPES, dando oportunidade às administrações estaduais e municipais de constituírem espaço para a agregação das diversas iniciativas no campo da ES (SENAES, 2012).

Para que ocorresse a implantação de cada Centro Público, o apoio e o convênio com governos municipais eram imprescindíveis, pois envolvia a reforma do espaço físico e a provisão de equipamentos, mobiliário, materiais permanentes e de consumo. Foi estabelecido um instrumento denominado Termo de Referência, com intuito de dar transparência e envolver as diversas instituições da sociedade civil que atuam junto a ES (MTE/SENAES, 2009), que tem o papel de orientar a concepção e implementação dos CPES como instrumento de fortalecimento e visibilidade da ES no Brasil (SENAES, 2012).

O termo de referência serve como um parâmetro de referência para os municípios que queiram fazer a implantação dos CPES, conforme critérios objetivos, finalidade e metodologia de funcionamento, características básicas, nas quais são remodeladas e adaptadas as necessidades locais.

Dando sequência a sua atuação, a SENAES (2012) descreve que pretende construir uma rede de CPES para funcionar como espaço de integração entre as diversas iniciativas próprias a este campo, sendo que, entre 2004 e 2006, foram aprovados 23 projetos de Centros Públicos. Todavia, alguns desses foram cancelados devido à descontinuidade de algumas políticas públicas municipais, ficando o total declarado de 19 convênios para a implantação de Centros Públicos.

Considerando os 19 projetos relatados, é possível observar, no relatório de distribuição de projetos por ações agregadas do período de 2003 a 2010, que o CPES foi um dos que recebeu menor investimento no período, o equivalente a R\$ 4.562.372,09, o que corresponde a 2% do montante. Outros projetos, como promoção do desenvolvimento local e ES e apoio às incubadoras de ES, tiveram respectivamente 27% e 14% do montante total investido (SENAES, 2012, p. 26). Levanta-se a hipótese de que esse investimento inferior no CPES seja por possível interesse dos próprios municípios de inscreverem seus projetos, visto que, após a construção do espaço físico, é necessária uma contrapartida para dar continuidade à manutenção (água, energia elétrica, despesas básicas) do CPES. Sendo assim, são poucos os municípios que se interessam, visto que foi celebrado um total de 19 convênios no Brasil (SENAES, 2012).

A partir destas considerações sobre as principais diretrizes que conduzem os CPES, Martos (2013) faz alguns apontamentos, descrevendo-o como um espaço físico de comercialização de produtos, propício à discussão, formação dos empreendimentos e aproximação das pessoas. O seu vínculo perdura no âmbito nacional e não somente municipal. De acordo com a SENAES (2012, p. 54) “os Centros Públicos de Economia Solidária são espaços multifuncionais, que alojam um conjunto de atividades principalmente de comercialização, de formação e de articulação local da ES a serem realizadas por instituições governamentais ou não governamentais”.

Em síntese, pode-se dizer que o CPES é um importante espaço advindo de Políticas Públicas instituídas pelo Governo Federal, possui uma multifuncionalidade e é considerado um ponto de referência para a comercialização de produtos dos EES. O termo de referência pela qual ele se pauta serve de embasamento para os municípios, que, por sua vez, irão adequá-lo de acordo com a realidade local.

Diante da fundamentação teórica apresentada até aqui, a ES se destaca por priorizar princípios como a solidariedade, autogestão e cooperação. E o Estado, por sua vez, é considerado um importante fomentador dessa iniciativa, que, a partir de 2003, por meio da

Senaes, criou programas, ações e estratégias para desenvolver os empreendimentos econômicos solidários. Entre as várias estratégias, o CPES surgiu como um espaço multifuncional a fim de articular, capacitar, comercializar e, acima de tudo, fortalecer e fomentar os empreendimentos.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

Este trabalho, de cunho qualitativo, caracteriza-se como exploratório e descritivo. Goldenberg (2007, p. 14) entende que “na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória”. A pesquisa é exploratória, pois mesmo partindo de alguns pressupostos prévios, não apresenta proposições precisas e nem hipóteses definidas. Por fim, a pesquisa é entendida como descritiva, pois tem o intuito de relatar os fatos como realmente são, dentro da realidade existente.

Quanto à estratégia metodológica, é utilizado o estudo de caso, pois permite analisar uma realidade específica como é a do CPES de Londrina e a de São José dos Pinhais, os únicos atualmente em atuação no estado do Paraná, visto que a ideia original foi de pesquisar todas as unidades existentes no estado. De acordo com Godoy (2006, p. 121), o “estudo de caso deve estar centrado em uma situação ou evento particular cuja importância vem do que ele revela sobre o fenômeno do objeto da investigação”. Godoy (2006) ressalta que é importante ter delineado se a pesquisa é de caso único ou de casos múltiplos. Neste estudo, adotam-se os casos múltiplos, pois “possibilitam o estabelecimento de comparações e a obtenção de resultados mais robustos”, o que, no caso do Paraná, se reduz a dois casos - organizações que se enquadram dentro das características previamente definidas (GODOY, 2006, p. 127).

Para a realização da coleta de dados foi utilizado a entrevista, Godoi, Mello e Silva (2006) destacam que as entrevistas semiestruturadas são pertinentes quando o assunto a ser pesquisado é complexo, pouco explorado ou confidencial e delicado. A escolha pela entrevista semiestruturada se deve ao fato de que esse tipo de entrevista permite a adequação e a reformulação das questões de acordo com as respostas do entrevistado. A escolha dos entrevistados buscou relacionar pessoas que ocupavam posição organizacional decisória dentro dos CPES e do PMES, ou seja pelo pioneirismo e/ou vínculo atual.

Segue um quadro explicativo com os entrevistados relacionando com as principais características inerentes a este instrumento.

**Quadro 1** – Entrevista: Principais características

Código	Cargo	Município	Período da Entrevista	Duração
E <sub>1</sub>	Gerente de Inclusão Produtiva	Londrina	Dez/14	01h e 12m
E <sub>2</sub>	Ex-coordenadora do PMES e atual Diretora de Proteção Social Básica (pioneira)	Londrina	Jan/15	01h e 32m
E <sub>3</sub>	Diretora de Qualificação e Fomento	São José dos Pinhais	Mai/15	02h e 30m
E <sub>4</sub>	Gerente do CPES – chamamento público nº 006/2011	São José dos Pinhais	Nov/15	00h e 57m
E <sub>5</sub>	Ex-secretário municipal de trabalho, emprego e economia solidária (pioneiro)	São José dos Pinhais	Nov/15	01h e 12m

Fonte: elaborado pelos autores (2015)

As entrevistas gravadas foram transcritas na íntegra com o auxílio do *Express Scribe Transcription Software*, obtido através do link <http://www.nch.com.au/scribe/> e, posteriormente, separadas por categorias pré-definidas, apresentadas na seção seguinte. Após a segmentação de dados, conforme afirma Godoy (2006), houve a comparação da fala dos

entrevistados, a fim de verificar as contradições e as proximidades entre elas. Ressalta-se que este estudo é multicaso, portanto se busca a comparação entre as narrativas dos atores entrevistados nas unidades dos CPES de Londrina e de São José dos Pinhais. Posteriormente, foram incrementadas com a literatura apresentada na fundamentação teórica, utilizando-se também as observações e os documentos para alimentar e contribuir com as análises.

#### 4. DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Nesta seção é retratada a trajetória histórica de ambas as unidades dos CPES no Paraná: Londrina e São José dos Pinhais, posteriormente, apresenta-se um comparativo entre as duas unidades, destacando a sua representatividade perante a economia solidária.

##### 4.1 Londrina

Londrina foi fundada em 1934 e conta com uma população estimada no ano de 2015 de aproximadamente 548.249 habitantes, é considerada pelo censo de 2010 a segunda cidade mais populosa do estado do Paraná, ficando atrás apenas da capital Curitiba (IBGE, 2015). De acordo com os dados de 2012 do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Londrina configura-se na quarta posição das maiores economias do estado com R\$ 12.826.470 do PIB, possuindo forte presença em atividades ligadas à agroindústria e a serviços (IPARDES, 2015).

A Economia Solidária começa a se desenvolver na cidade a partir de 2003, através do Programa Fome Zero do governo federal, que foi lançado oficialmente em 24 de outubro de 2003. Naquele momento, assim como o governo federal, a cidade era administrada por um dirigente do Partido dos Trabalhadores (PT), o prefeito Nedson Micheleti, que permaneceu no cargo de janeiro de 2001 a dezembro de 2008. Muitas das políticas municipais foram influenciadas e alinhadas com as federais, o que deu à cidade um certo destaque em projetos de cunho social e popular, haja vista ter sido implantado no município o segundo maior programa habitacional do programa “minha casa minha vida” do governo federal.

A Economia Solidária no município de Londrina foi inicialmente impulsionada pelo poder público, que se encarregou de implementar e fomentar empreendimentos de Economia Solidária, como expresso por um dos entrevistados: “a Economia Solidária foi muito mais provocada pelo poder público e pela academia do que pelos trabalhadores organizados ” (E<sub>2</sub>, TRECHO 0:07M:28S).

Londrina seguiu as diretrizes do governo federal e mais especificamente do programa fome zero que apresentava em um dos seus eixos, a geração de renda e capacitação profissional. Dessa forma, as atividades desenvolvidas no Centro Público, desde o início de suas atividades em fevereiro de 2007 e de sua inauguração oficial em junho de 2007, têm como base as prerrogativas estabelecidas no Termo de Referência Nacional do Centro Público de Economia Solidária, conforme já explanado na fundamentação teórica. Ele é utilizado como base, servindo de orientação para a implantação dos CPES (MTE/SENAES, 2009).

Martos (2013) retrata que o CPES abriga o PMES e também funciona como um espaço de comercialização, discussão, reflexão e capacitação.

O CPES foi desenvolvido com recursos do Governo Federal, Ministério do Trabalho e Emprego com contrapartida do município e possui algumas características que os Centros Públicos de Economia Solidária devem obedecer, que é ter espaço de discussão da política deste tipo de economia, de formação dos empreendimentos, da aproximação dos empreendimentos, desse movimento muito maior em nível nacional e não só em nível municipal (MARTOS, 2013, p. 82).



Quanto a caracterização do espaço físico do CPES, este consiste em uma “construção de 587,92 metros quadrados, com a de [sic] espaços para exposição e comercialização, distribuindo [sic] em duas salas de formação, uma sala administrativa, uma sala para suporte aos técnicos, uma cozinha, banheiros, almoxarifados e estacionamento” (COSTA; NISHIMURA, 2010, p. 126). Cabe destacar que a faixada não é visivelmente atraente, não chamando a atenção dos clientes que por ali passam, como pontuado pelos autores acima. Complementa-se dizendo que a faixada é discreta, possui escrito os dizeres “Centro Público de Economia Solidária”, entretanto é sem vida e passa praticamente despercebida.

O município mantém a estrutura de funcionamento, água, luz, telefone, material de limpeza, funcionários, despesas de combustível do veículo para locomoção. Existe também um apoio da Provopar, que cobre a folha de pagamento dos funcionários que são contratados por meio deste convênio, e há também um recurso para fomentar os empreendimentos com matéria-prima no processo inicial de produção (ENTREVISTADA E<sub>1</sub>, TRECHO 01H:05M:55S).

Quanto à gestão da ES e do CPES no município, até o ano de 2015 houve duas pessoas que atuaram diretamente; destaca-se que ambas são funcionárias efetivas do município e possuem formação acadêmica em Serviço Social e a carreira profissional se delineou em torno tanto da inclusão produtiva como da ES. Mesmo com a troca do governo municipal, que se deu por partido da oposição a partir de 2009, o quadro permaneceu inalterado. Percebe-se a íntima relação do programa com profissionais de serviço social, o que inevitavelmente dá um tom assistencial e não de atividade produtiva ao programa.

Isso pode ser observado nos discursos em que a questão econômica, é tratada muitas vezes como um fator secundário. Levando em consideração que a ES tem como um dos objetivos a geração de renda (SINGER, 2002; SENAES, 2012), quando os entrevistados são abordados a respeito desse assunto, ocorre uma tentativa de minimização, em que procuram ressaltar os benefícios subjetivos produzidos neste tipo de relação, que são considerados um avanço, mas que não substituem o econômico, conforme a fala a seguir:

E sempre me perguntam isso, mas e a renda? É o suficiente, mas espera aí, o que é renda suficiente? O que é renda suficiente para mim, o que é renda suficiente para você, o que é para eles? De repente para ele, é a renda suficiente dele, é poder participar deste movimento, é poder estar com essas outras pessoas, é ter a sua autoestima elevada (E<sub>1</sub>, TRECHO 0:51M:12S).

Segundo Martos (2013), esse discurso da relativização em relação a questão econômica tende a ser replicado pelos grupos. Todavia, abrir mão do fator econômico é descaracterizar a própria proposta do PMES, que tem como principal finalidade a geração de trabalho e renda e garantir autonomia econômica às pessoas envolvidas. Se os grupos não conseguem atingir a emancipação e ter autonomia financeira, isto é um indicativo de algum fator conflitante. Embora o ganho subjetivo seja importante para as relações sociais, deve-se resgatar que, se a ES busca a consolidação como alternativa possível ao capitalismo, a renda é um fator crucial e os empreendimentos precisam voltar seu olhar mais para o mercado e não apenas para os produtos e serviços de que dispõem. O problema se agrava quando analisado em uma perspectiva temporal, pois além do retorno não estar ocorrendo num prazo curto, historicamente não se vê evolução e emancipação dos empreendimentos incubados pelos CPES .

Há trabalhos, como de Borinelli *et al.* (2012), que trazem que, a princípio, almejava-se um período de dois anos para que os empreendimentos ficassem vinculados aos PMES de Londrina. Com o passar do tempo, averiguaram que isso não seria de fácil alcance, pois cada grupo teria um tempo ideal e diferenciado (MARTOS, 2013). Atualmente é explícito que não há nenhum prazo e que o movimento é contínuo (E<sub>1</sub>, TRECHO 0:44M:07S; E<sub>3</sub>, TRECHO 02H:01M:17S, E<sub>4</sub>, TRECHO 0:38M:24S). Como bem apontado pelo Relatório do Seminário (2005), a falta de prazo cria uma relação de dependência por parte dos EES.

A questão não é o prazo específico de dois anos, mas a falta de estabelecimento de um prazo. Em Londrina, apenas um empreendimento foi desincubado nesses dez anos de PMES (LUZIO-DOS-SANTOS; VIEIRA; BORINELLI, 2013). Há de se levar em consideração que os recursos para estimular e fomentar esses EES são recursos públicos (municipal e federal), (MARTOS, 2013) e que a intenção não é de criar dependência, mas de estimular os EES como uma alternativa de enfrentamento ao capitalismo (SINGER, 2002). Pela forma com que está sendo tratado, se torna um programa de assistencialismo (SALVI *et al.*, 2011; BORINELLI *et al.*, 2012; MARTOS, 2013).

Por fim, apresentada a expansão do Programa de ES em Londrina, destaca-se que o seu desenvolvimento se deu em paralelo com as ações do governo federal, e que tanto a aprovação da lei municipal da ES em 2008 quanto a criação do CPES em 2007 atuaram para o embasamento e a consolidação da ES no município. Todavia, ainda há muito que a ser feito se pensarmos em sua efetividade como PMES, completando assim, em 2015, uma década de desafios e expectativas que não cessam.

#### 4.2 São José dos Pinhais

Fundada em 1852 e localizada na região metropolitana da capital do estado, situada ao leste do Paraná, o município de São José dos Pinhais, segundo o IBGE, em 2015 possuía uma população estimada de 297.895 habitantes, e o último Censo de 2010 aponta que ele é considerado o sexto município mais populoso, com 264.210 habitantes. De acordo com os dados do IPARDES, é a segunda maior economia e possui uma representatividade no PIB do Paraná equivalente a 6,02%, ou seja, de R\$ 15.419,051, em razão do dinamismo das atividades da indústria e dos serviços (IBGE, 2015; IPARDES, 2015).

A modelagem da ES no município teve seus primeiros passos oriundos de um anteprojeto elaborado na Secretaria do Estado do Trabalho do Paraná. Sendo que havia uma coordenação de geração de emprego e renda na qual o entrevistado E<sub>5</sub> era o coordenador estadual, tratava-se com a questão do empreendedorismo, do microcrédito e também da ES.

O nosso esforço lá na Secretaria do Estado foi produzir um anteprojeto que servisse de base para essas prefeituras, governos, enfim, que quisessem desenvolver nas ruas regiões, nas suas cidades, uma política que contemplasse a Economia Solidária. Arcabouço legal, transformado em lei em São José dos Pinhais e oriundo de um trabalho coletivo, tanto do governo, na época do governador Requião, na nossa coordenação, com todos os movimentos da Economia Solidária do Paraná, que puderam de forma concreta participar da elaboração desse projeto (E<sub>5</sub>, TRECHO 0:01M:50S).

Os motivos que levaram à existência da ES no município foi o engajamento da equipe, pelo fato de acreditarem que o modelo atual do capital-patrão empregado-exploração devia ser revisto.

Mesmo porque a exploração apenas não está surgindo só quando vemos aquele trabalhador que trabalha de sol a sol em um trabalho pesado. Estamos vendo isso nos meios mais, considerados elite da força de trabalho, nos bancos, nas grandes empresas. Não é o sol nem é o esforço físico. É a tortura psicológica, mental, onde estes trabalhadores estão adoecendo, estão dependendo de medicamento para sobreviverem no processo de produção do trabalho (E<sub>5</sub>, TRECHO 0:06M:17S).

A entrevistada E<sub>3</sub> complementa dizendo que o início de todo o movimento da ES em São José dos Pinhais, assim como o de Londrina, se deu através das políticas públicas e não diretamente pelos movimentos de base.

Como começou aqui em São José dos Pinhais, deve ter começado diferente de lá normalmente em outros locais que a gente tem ido ver, começa com o movimento de base. ...Eles se formam, eles se unem, e daí vão se unindo tal e acabam buscando as políticas públicas tal para acessar. Aqui em São José nosso secretário anterior já vinha com um conhecimento de economia solidária tal e queria começar a fazer economia solidária aqui em São José dos Pinhais, ninguém sabia o quê que era economia solidária, não tinha nada disso, aí ele começou em 2009 (E<sub>3</sub>, TRECHO 0:04M:42S).

Nota-se que a ES também surgiu no município pelo fomento das políticas públicas e não pelos movimentos de base, sendo muito mais a ES fomentada pelos partidos aliados ao governo federal da época. Este é um fato fundamental, pois os empreendimentos e mesmo a união das pessoas em prol de um objetivo comum é induzida de fora para dentro, de cima para baixo, o que faz com que essas iniciativas tornem-se demasiadamente dependentes dos coordenadores do programa. A baixa autoestima e a falta de um histórico de mobilização coletiva anterior fazem com que tenham baixíssima iniciativa e aponta para uma dependência que parece crônica.

Conforme afirmam Silva e Serafim (2013), o Centro Público de Economia Solidária segue a orientação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, é regido pelo termo de referência, e seu regimento foi aprovado pelo CMES e publicado pelo decreto nº 488 de 16 de maio de 2011 (BRASIL, 2011).

Apesar de o CPES ficar em um espaço relativamente pequeno, impossibilitando o desenvolvimento de outras atividades que não sejam a comercialização, há uma preocupação em desenvolvê-la em outros espaços, assim como exposto pela entrevistada E<sub>4</sub>, trecho 0:34m:57s: “Se lá não tem espaço para formar, a gente precisa dinamizar outros espaços. Mas faz parte do nosso rol, quanto entidade gestora, promover outras questões e não só comercialização”. Destaca que, em diversos momentos, há espaço tanto para a formação como para a discussão dos empreendimentos.

A entidade gestora escolhida por chamamento público deste CPES, conforme edital nº 006/2011, cujo resultado foi proferido em sessão pública no dia 10 de novembro de 2011, e credenciada conforme o decreto nº 929 de 02 de março de 2012 (BRASIL, 2012b) foi a União Catarinense de Educação, que consiste em uma mantenedora com apoio administrativo do Instituto Marista no Brasil por meio do Centro Social Marista Irmão Egídio, localizado na PUC de Curitiba.

São delimitadas obrigações e proibições da entidade gestora que assume o chamamento público do CPES, ficando a entidade responsável pela contratação de funcionários para o funcionamento do CPES, além de fazer a contabilidade e a divisão de vendas aos grupos, zelando por todos os produtos no espaço. Seu prazo de vigência do uso do imóvel é de sessenta meses. O município se encarrega do pagamento das despesas básicas, como aluguel, água, energia elétrica, telefone, manutenções e reformas do local.

O espaço do Centro Público de Economia Solidária, doravante chamada de CPES de São José dos Pinhais, se constitui de um local estruturado para formação, exposição permanente e comercialização de produtos feitos por grupos da comunidade de São José dos Pinhais, reconhecidos pelo Programa Municipal de Economia Solidária e que seguem a sua filosofia que é baseada na autogestão, cooperação, solidariedade e cuidado com os ecossistemas e que estejam em consonância com a Lei Municipal nº 1591/2010 (BRASIL, 2011, p. 1).

De acordo com a supervisora de projeto (entrevistada E<sub>4</sub>) – que atua diretamente na unidade social Irmão Egídio, que faz a gestão do CPES em São José dos Pinhais –, anteriormente a Rede Marista contratava uma pessoa, com a qual ela fazia a comercialização dos produtos produzidos pelos empreendimentos. “E aí no decorrer do tempo a gente foi percebendo que os empreendimentos não eram envolvidos na dinâmica de gestão, assim como

a gente sonhava. E isso era um complicador porque aí eles não se sentiam parte daquele espaço” (E<sub>4</sub>, TRECHO 0:06M:47S). Uma característica do movimento de Economia Solidária é a comercialização direta entre produtores e consumidores, o que não acabava acontecendo no CPES de São José dos Pinhais.

Quanto ao reordenamento referente à comercialização dentro do CPES, percebe-se o esforço e a preocupação da Rede Marista em dar continuidade e desenvolver os empreendimentos seguindo os princípios solidários. Por isso questiona-se se essa remodelagem poderá ser frutífera, uma vez que, conforme relatado pelos entrevistados E<sub>3</sub> e E<sub>5</sub>, anteriormente foi feita uma tentativa para que os empreendimentos assumissem o gerenciamento do CPES que ficava dentro da Secretária do Trabalho. Entretanto, não obtiveram êxito e decidiram pelo seu fechamento. Mais do que um desejo do poder público, a ES deve servir como um modelo de organização alternativa ao capitalismo não apenas em momentos de crise, mas sim para toda uma vida.

#### 4.3 Contrapontos entre as unidades de análise: Londrina e São José dos Pinhais

De um modo geral, fazendo um comparativo entre ambos os municípios estudados, destaca-se que há uma distância de 405 km entre eles e que, segundo o Censo de 2010, São José dos Pinhais, apesar de ser mais antiga, possui menos habitantes do que o município de Londrina, equivalente a pouco mais da metade, com 52,14%. Entretanto, o seu impacto no PIB é representativo, configurando-se a frente de Londrina, uma vez que faz parte da região metropolitana de Curitiba, ganhando competitividade na indústria.

Londrina é considerada um ponto de referência em comercialização de produtos dos EES; sua trajetória iniciou em 2003 com o Programa Fome Zero e posteriormente assumiu, em 2005, o status de Programa Municipal de Economia Solidária. O início do CPES ocorreu em 2007, a fim de fortalecer principalmente a comercialização dos produtos. No ano de 2008 aprovaram a Lei Municipal, estabelecendo um capítulo exclusivo para o CPES. Já em São José dos Pinhais, a história começou a ser construída em 2009, com a introdução do Programa Municipal, sendo que, em 2010, foi aprovada a Lei Municipal e, em 2011, o decreto do CPES contendo regras e procedimentos para o funcionamento do espaço de exposição dos EES.

Levando em consideração que em ambos os municípios, o caminho foi sendo construído conjuntamente, pois no início, pouco se sabia a respeito dessa temática, houve conquistas e dificuldades que acompanharam toda a trajetória. Alguns desses, são recorrentes e se repetem tanto em Londrina como em São José dos Pinhais. Como é o caso das conquistas, como a aprovação da lei municipal, construção do CPES, parcerias com a sociedade civil, amadurecimento dos empreendimentos e ganhos subjetivos relacionados à autoestima. O resgate da autoestima, do fazer parte, de se sentir importante, tornou-se fundamental e elementar nessas situações. É preciso que todos esses elementos subjetivos e de grande valia sejam implementados em outras ações mais efetivas e concretas, pois a partir daí, será possível colocar em prática tudo aquilo que está sendo idealizado desde a criação da SENAES.

Quanto à luta por melhores condições, essa se perpetua desde o início do programa, como a ampliação dos espaços de produção e comercialização, facilidade de crédito, formalização dos EES, aprovação das leis nacional e estadual, desincubação dos empreendimentos e a questão da renda. Vale frisar a importância de se ter como objetivo a geração de renda e que esses EES possam ser capazes de serem produtivos a ponto de tornarem-se autônomos. Por isso, essa questão não pode ser negligenciada, assim como outras, deve ser tratada com prioridade buscando alternativas a fim de saná-las.

O CEPS de Londrina, apesar de se caracterizar como intersetorial, está vinculado à Secretaria de Assistência Social e as duas pessoas ligadas diretamente à gestão e coordenação que já atuaram até o momento são assistentes sociais. O público-alvo atendido pelo programa

também são pessoas em situações de vulnerabilidade social, o que acaba dando a priori ao PMES e ao CPES características assistencialistas. Fica evidente nos discursos das entrevistadas e comparadas com pesquisas anteriores, a mudança no discurso relacionado ao prazo de desincubação e à relativização em relação à renda. A ES no município é caracterizada como um movimento contínuo, expressando assim a dependência ao poder público por parte dos empreendimentos.

Já em São José dos Pinhais, a Economia Solidária está vinculada à Secretaria do Trabalho, com uma proposta de desenvolver a geração de trabalho e renda no município e não estimular o assistencialismo. Características como dependência do poder público, baixa renda, vínculos permanentes, baixa formalização dos empreendimentos são recorrentes e se fazem presentes na realidade do município. Uma característica marcante é o fato de o gerenciamento do CPES ser realizado mediante chamamento público. Desde 2012, a Rede Marista, por meio do Centro Social Marista Irmão Egídio, teve a incumbência de assumir esse papel. Os empreendimentos, por sua vez, durante todo esse período, apenas colocam os seus produtos à disposição no CPES, para que eles fossem comercializados por uma estagiária contratada para realizar essa função. Verificaram, durante esse período, não haver uma proximidade entre os empreendimentos e o CPES. Por isso, estrategicamente, a Rede Marista optou por um reordenamento, fazendo com que os empreendimentos, além de produzirem, pudessem também comercializar os seus produtos e ter acesso direto ao consumidor final.

Infere-se que os municípios que possuem o espaço físico dos CPES possuem mais uma opção latente para a comercialização e socialização entre os empreendimentos, tornando-se um diferencial. A construção do CPES tem como intuito melhorar não apenas a comercialização, mas também a formação, integração, coletividade dos grupos que ali estão. Destaca-se também que, apesar de as trajetórias dos municípios terem se dado em um delineamento temporal diferente um do outro e com características peculiares, o apoio governamental, principalmente dos governos municipais quanto aos incentivos para a implementação e continuidade da ES foram essenciais. Nota-se que o amadurecimento é contínuo e necessário, por isso compartilhar saberes, sendo favoráveis ou não, trará um enriquecimento a essas experiências.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As contradições do capitalismo não vêm de agora. Buscam-se alternativas para amenizar as consequências deletérias provocadas por ele, principalmente no tocante à maximização do lucro a qualquer preço. Por isso são bem-vindas alternativas que prezam a solidariedade, igualdade e justiça, por achar que não há uma opção monolítica e estritamente livre de contradições e questionamentos. A Economia Solidária (ES) é uma dessas alternativas, que se apresenta como forma de enfrentamento dos problemas socioeconômicos e ambientais contemporâneos. A partir de 2003, a ES ganhou uma Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES) e foi responsável por diversas estratégias implementadas pelo governo federal, como é o caso da criação do espaço físico do Centro Público de Economia Solidária (CPES) com o intuito de estimular e fomentar os empreendimentos solidários.

Diante do panorama apresentado neste estudo a respeito do problema central do trabalho, que se refere à importância dos Centros Públicos de Economia Solidária do estado do Paraná para o fomento e desenvolvimento dos empreendimentos por ela apoiados, verifica-se que as duas unidades consideradas pioneiras estão localizadas em Londrina (no ano de 2007) e em São José dos Pinhais (no ano de 2011), pouco progrediram com o passar dos anos.

Nota-se uma dependência desses espaços físicos vinculados ao governo federal, com caráter assistencialista e pouco desenvolvimento para as perspectivas de mercado - no sentido de atender as necessidades e desejos dos clientes. Os seus valores subjetivos são latentes, mas olhando para a esfera econômica e objetiva da sua criação, pouco se vê de contribuição e

relevância para o estado do Paraná. Os empreendimentos apoiados pelo CPES, possuem desempenhos relativamente fracos – considerando a sua desincubação e a geração de renda. A sua importância é de caráter secundário, principalmente quanto se refere a políticas públicas. Cita-se que no Estado do Paraná havia uma Secretaria de Estado do Trabalho Emprego e Economia Solidária (SETS), esta sucumbiu-se às dificuldades financeiras e, em dezembro de 2014, a SETS foi extinta, transferindo algumas competências já operacionalizadas para a SEDS por meio da Lei nº 18.374/2014 (BRASIL, 2014).

Este caráter secundário vem à tona, quando se observa que a intenção de uma ampliação e fortalecimento dos CPES, ficam restritas ao papel. O plano estadual de Economia Solidária 2015-2019, estabelece a criação de seis Centros Públicos Regionais que contemplem a formação dos empreendimentos da economia solidária, qualificação, assistência técnica e outros espaços públicos permanentes para a comercialização dos produtos, criando um calendário de feiras regionais solidárias (PARANÁ, 2015, p. 18). Se realmente houver essa concretização da criação de CPES regionais, isso ajudará a fortalecer a ES, visto que há apenas dois CPES no estado.

A Conaes (2015) afirma que, tanto no governo federal, como estadual e municipal, há, uma ausência de consolidação e de estratégias para o desenvolvimento sustentável e solidário que advém de políticas de governo em políticas públicas de Estado. Nishimura (2005) já dizia que a baixa adesão do poder público na esfera estatal à Economia Solidária como Política Pública acaba criando um descompasso entre os esforços federais, estaduais e municipais, reduzindo a efetivação das políticas.

As ações tomadas nos últimos anos pelos governos em todas as esferas, incluindo a redução da SENAES para subsecretaria, deixam evidente o desinteresse em alavancar estratégias, como é o caso do CPES. A esperança da consolidação da Economia Solidária como uma Política Pública vai se findando com o passar dos anos.

Se olharmos do ponto de vista da produtividade e da economia de mercado, em que o pressuposto econômico se sobressai, pode-se dizer, que a estratégia do CPES não é atraente aos empreendimentos, principalmente quando muitos relatam que desistiram por falta de uma geração de renda (HISAMITSU, 2013). A sua vinculação como uma fonte geradora de renda e como uma alternativa ao capitalismo se enfraquece com o passar dos anos, e seus resquícios se respaldam em uma estratégia assistencialista e/ou em estímulos à grupos de convivência.

Quando se relaciona o conceito teórico de economia solidária, com a sua prática aplicado nos municípios estudados, parece que há uma discrepância no que diz respeito aos seus princípios. O que era para ser gerador de renda transforma-se em uma opção assistencialista, dependentes em sua máxima do poder público, inibindo características como a busca pela emancipação e a autogestão. Sendo que as suas bases se fundamentam muito mais por teias individuais do que coletivistas, o que leva um enfraquecimento dos seus princípios. Os grupos são formados por pessoas que raramente possuem um vínculo de identidade entre elas, não possuem uma história de luta em conjunto ou partindo de movimentos autônomos anteriores. Muitas vezes o seu agrupamento se dá por motivos diversos, entre eles, buscando um ajuntamento por acomodação regional, proximidade de produção, ou por divisão dos gestores segundo critérios específicos.

Este artigo pôde contribuir empiricamente ao retratar a realidade dos CPES no estado do Paraná, no sentido de reforçar o qual frágil está se conduzindo a história da Economia Solidária, especificamente no Estado do Paraná, a estratégia através do CPES, vem se demonstrando ineficaz, expressando uma realidade dos empreendimentos com desempenho tímido, no que tange a geração de renda e desincubação. Laços de dependência ao poder público denotam um caráter assistencialista e muito pouco autogestionário. Na contribuição teórica, pôde enriquecer os Estudos Organizacionais, na medida em que analisa um modelo de produção alternativo, debatendo as contradições apresentadas neste tipo de organização, bem como a

comparação entre aspectos teóricos e a prática. É necessário ressaltar, que pesquisas que analisam organizações alternativas ao modelo hegemônico carecem de estudos mais críticos e que se detenham aos avanços e contradições destes empreendimentos, esforço realizado nesta pesquisa.

Em suma, a economia solidária é um processo de conquista social. Seu alavancamento depende tanto dos esforços governamentais quanto da capacidade de organização política dos que fazem a ES no Brasil. Nesse sentido, os últimos anos foram fundamentais para a expansão da economia solidária em âmbito nacional, regional e local. Busca-se, ainda, um composto de seriedade, urgência e fortalecimento que envolva os esforços de organizações da sociedade civil e de governos municipais e estaduais a fim de potencializar estratégias de geração de trabalho e renda, sobretudo a ES, articulada a processos sustentáveis, justos e solidários e que seja realmente pensada como uma política de desenvolvimento e não apenas como um resqúicio e uma alternativa para os pobres ou excluídos.

Sugerem-se estudos futuros a fim de verificarem em profundidade o motivo da não continuidade de adotar mais unidades do CPES nos demais municípios do Paraná. Estudos que possam traçar as diferenças e complementariedades dessas estratégias entre os estados brasileiros e também averiguar como anda a continuidade e o estímulo à essas estratégias, haja vista as alterações no cenário político. Pesquisas de forma geral devem ser estimuladas com a finalidade de verificar a eficácia da estratégia empreendida pelo governo por meio da criação do espaço físico do Centro Público de Economia Solidária.

## REFERÊNCIAS

ARCANJO, M. A. S.; OLIVEIRA, A. L. M. **A criação da secretaria nacional de economia solidária: avanços e retrocessos**. Perseu: História, Memória e Política, v. 13, p. 231, 2017.

BORINELLI, B.; GONÇALVES, D. M.; DUTRA, I. S. de.; SANTOS, L. M. L. dos; FERREIRA, T. E. da S. Avanços e limites da política pública de economia solidária: um estudo do processo de incubagem de empreendimentos do programa municipal de economia solidária de Londrina – Paraná, In **Observatório de la Economia Latinoamericana**, Número 167, 2012.

BRASIL. Decreto nº 488, de 16 de maio de 2011. **Regimento Interno do Centro Público de Economia Solidária - CPES São José dos Pinhais - Pr**. São José dos Pinhais, PR. 2011. Disponível em: <<http://www.sjp.pr.gov.br/wp-content/uploads/servicos/csci/5914.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

CATTANI, Antônio David. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

COSTA, Olavo Aparecido; NISHIMURA, Sandra Regina. Centro Público de Economia Solidária: O Desafio da Construção Coletiva. In: BORINELLI, Benilson; LUZIO-DOS-SANTOS, Luís Miguel; PITAGUARI, Sinival Osório (Org.). **Economia Solidária em Londrina aspectos conceituais e a Experiência Institucional**. Londrina: UEL, 2010, p. 119-136.

GAIGER, L. I. O mapeamento nacional e o conhecimento da economia solidária. **Revista da Abet**, Paraíba, v. 12, n. 1, p.7-24, jun. 2013. Semestral. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/18512/10416>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

GODOI, Christiane. Kleinübing; MELLO. Rodrigo Bandeira de; SILVA, Anielson Barbosa. **Pesquisa Qualitativa em estudos Organizacionais: Paradigmas, estratégias e Métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GODOY, Arilda Schimidt. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, Christiane. Kleinübing; MELLO. Rodrigo Bandeira de; SILVA, Anielson Barbosa (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 115-146.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

IBGE. **Cidades**. 2015. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=41>>. Acesso em 06 out. 2015

IPARDES. **Paraná em números**. 2015. Disponível em: <[http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg\\_conteudo=1&cod\\_conteudo=1](http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1)>. Acesso em 28 set. 2015.

LUZIO-DOS-SANTOS, Luís Miguel **Socioeconomia: Solidariedade, economia social e organizações em debate**. São Paulo: Salta/Atlas, 2013.

LUZIO-DOS-SANTOS, Luís Miguel; VIEIRA, Saulo Fabiano Amâncio; BORINELLI, Benilson. Economia Solidária e estratégia: entre princípios e pragmatismo. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v. 12, n. 4, p. 261-278, 2013.

MARTOS, Sirlei Rose. **Economia solidária em Londrina: entre os princípios e a práxis**. 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Sustentabilidade) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

MTE/SENAES. **Termo De Referência: Centros Públicos de Economia Solidária**. 2009. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812C1BD139012C1BEAD9D34B86/convite\\_CPES\\_2009.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812C1BD139012C1BEAD9D34B86/convite_CPES_2009.pdf)>. Acesso em: 21 jan. 2015.

RELATÓRIO DO SEMINÁRIO: **Tecnologia Social, Incubação de Empreendimentos Solidários e Políticas Públicas**. Promoção Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional – FASE, 2005.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). **Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária apresenta novas ações de divulgação**. 2014. Boletim Informativo - Edição Especial. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF80808148EC2E5E014A394E6975707C/Acontece\\_SENAES\\_2014\\_-\\_SES\\_e\\_Atlas.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF80808148EC2E5E014A394E6975707C/Acontece_SENAES_2014_-_SES_e_Atlas.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Avanços e desafios para as políticas de Economia Solidária no Governo federal – 2003/2010**. Brasília: MTE, SENAES, 2012.

\_\_\_\_\_. **Termo de Referência para o Mapeamento da Economia Solidária e Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária**. Brasília, 2004.

SILVA, Marilena; SERAFIM, Milena. As possibilidades e limites da Lei municipal nº 1591 no fomento da Economia Solidária para o município de São José dos Pinhais. In: Édi A. Benini; Ana Lucia Sales, Henrique T. Novaes; Mariana R. Silva. (Org.). **Gestão Pública e Sociedade: balanço e resumo dos trabalhos da 3ª edição do curso de especialização**. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013, v. 3, p. 167-168.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUZA SANTOS, B.; RODRIGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: B. S. Santos (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. p. 23-77. Porto: Afrontamento, 2003.

ZAZULA BEATRIZ, Marilene. **Os sentidos da Economia Solidária: os caminhos da construção da autonomia coletiva e organizativa**. 2007. Tese (Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social). PUC, São Paulo.